



# A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC Hoje, Vol. 10 No 4 Fevereiro 2008

## INTERIORES...



4

POLÍTICA	3
ÁFRICA	4
ENERGIA	5-8
CHEIAS	9
NEGÓCIOS	10
EVENTOS	11
HISTÓRIA HOJE	12

## Energia na África austral

A MEDIDA em que a demanda para a electricidade na África Austral ultrapassa a sua capacidade de geração, é necessário que nos próximos dois anos se acelerem grandes projectos a curto prazo custando US\$8 biliões. Os défices de energia afectaram gravemente vários Estados membro da SADC levando à cortes de energia previstos e, em alguns casos, imprevistos. *Vide a revisão especial, página 5*



## 2008 O Ano do Livre Comércio da SADC

por Munetsi Madakufamba

O ANO de 2008 constitui um marco para a região da SADC com o lançamento oficial da Zona de Comércio Livre, e uma meta de 85 por cento de todas as linhas de produtos a serem comercializadas a tarifas de zero por cento.

A eliminação gradual de tarifas foi feita numa base de passo a passo com cada prazo entrando em vigor cada Janeiro desde 2001. Pelo que, a partir de Janeiro de 2008, a meta de 85 por cento foi considerada eficaz.

Os restantes 15 por cento, constituindo produtos sensíveis, terão as barreiras tarifárias removidas entre 2008 à 2012.

Embora a concordada remoção gradual de tarifas tenha entrado em vigor em Janeiro, o lançamento oficial da Zona de Comércio Livre da SADC será em Agosto, coincidindo com a Cimeira Anual dos Chefes de Estado e de Governo.

A África do Sul, que vai estar em frente da presidência rotativa da SADC em Agosto, está a preparar-se para acolher a Cimeira.

O progresso sobre a Zona de Comércio Livre foi discutida numa série de reuniões da SADC durante 2007 com relatórios positivos sobre a preparação do órgão regional e seus estados membro.

O encontro mais recente foi o Conselho Extraordinário em Novembro, na capital zambiana, Lusaka, que “notou com satisfação que a região está mesmo preparada para lançar a Zona de Comércio Livre da SADC no próximo ano [2008] como estabelecido nos prazos.”

Desde 2000, o bloco regional de 14 membros tem estado a implementar o Protocolo Comercial da SADC, que providencia o quadro para uma profunda integração económica. Espera-se que em Agosto todas as partes ao Protocolo Comercial tenham obedecido os prazos.

Todavia, nem todos os Estados membro da SADC são membros da Zona de Comércio Livre visto a Angola e a República Democrática do Congo não estarem a actualmente a aplicar o Protocolo Comercial, e terem solicitado mais tempo.

Para se qualificarem à isenção de acesso sem taxas aduaneiras, os comerciantes terão que produzir um certificado de origem aos agentes alfandegários que garante que na verdade os produtos originaram dentro da região da SADC. Isto está baseado numa lista detalhada de regras de origem de produtos específicos.

*continua na página 2*

# 2008 O Ano do Livre Comércio da SADC

continuação da página 1

A comunidade de negócios levantou preocupações sobre a necessidade de se descentralizar o processo de certificação para reduzir os custos das transações. Os exportadores não gostariam de viajar para longe das suas bases de operações para terem o Certificado de Origem da SADC endossado pelas autoridades relevantes.

Ademais, mesmo com boas intenções, o actual processo de certificação não se ajusta aos pequenos comerciantes ou às multidões de comerciantes infomais trans-fronteiriços precisamente por causa das quantidades que comercializam. Não faz certamente sentido económico para muitos dos tais comerciantes correr de fornecedores e autoridades relevantes onde são envolvidas pequenas quantidades.

O objectivo central ao se adoptar as regras de origem numa Zona de Comércio Livre é de assegurar que os benefícios de participar numa zona de comércio não se estendam a não-membros. Em teoria, contudo, o significado das regras de origem sobre os produtos transacionados numa qualquer sub-região vai desaparecendo à medida em que os seus membros se movem rumo à uma tarifa externa comum, isto é, em altos níveis de integração económica como uma União Aduaneira.

No caso da SADC, a Zona de Comércio Livre é um passo rumo à níveis elevados de integração económica que serão alcançados numa base incremental, levando à uma União Aduaneira em 2010, um Mercado Comum em 2015 e uma União Monetária em 2018.

Entretanto, os relatos dos média na região durante as primeiras semanas de 2008 exprimem um optimismo reservado sobre a entrada em vigor da Zona de Comércio Livre da SADC.

Notando que muitos produtos produzidos

na região podem entrar nos Estados membro livres de taxas aduaneiras, a South African Broadcasting Corporation (SABC) acrescentou uma preocupação sobre a potencial distribuição disnevelada dos benefícios provindos do comércio intra-regional.

A SABC reportou que "...alguns Estados da SADC estão preocupados que a África do Sul vai-se beneficiar mais visto ser a potência económica regional e exportar mais do que importa dos países da SADC."

A África do Sul é responsável por cerca de dois-terços do total do Produto Interno Bruto (PIB) da região, segundo as estatísticas disponíveis da SADC.

Contudo, para minimizar o potencial impacto negativo derivado da eliminação gradual de tarifas, a SADC optou por um arranjo que é baseado num variável modelo geométrico, levando em conta os níveis assimétricos de desenvolvimento dos Estados membro.

O modelo é tal que países na União Aduaneira da África Austral - África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia, e Suazilândia - estão a liberalizar mais rapidamente, seguido das Maurícias e Zimbabwe, enquanto os outros segirão.

A Agência de Informação de Moçambique (AIM) reportou que o país está a implementar as mudanças relevantes em linha com o Protocolo Comercial, e citou um ministro a acalmar os receios de que Moçambique seria

invadido por importações sul-africanas para o detrimento da indústria local.

António Fernando, ministro da Indústria e Comércio, foi citado pela AIM a dizer que "o país somente pode ganhar da integração regional visto que a supressão de barreiras aduaneiras fará os produtos ficarem mais baratos, estimulando uma maior produção e consumo."

Embora a liberalização do comércio leve muitas vezes para uma maior escolha para os consumidores e algumas vezes uma maior competitividade das indústrias locais, não leva sempre a preços baixos como vivido durante os passados programas de reformas económicas patrocinados pelo Banco Mundial/Fundo Monetário Internacional.

Reportando que o Zimbabwe alinhou as suas tarifas de importação em linha com o Protocolo Comercial da SADC, o The Herald citou peritos locais exprimindo optimismo sobre o desenvolvimento.

"Espera-se que a indústria secundária se beneficie da entrada de matéria prima e pode significar a contenção ou mesmo redução da inflação dado a disponibilidade de preços estáveis e acessíveis de produtos básicos," aquele diário zimbabweano citou um economista local.

"A competição é importante no comércio mas a eminente rivalidade é considerada injusta

para a indústria de manufactura local visto não estarmos a operar em termos iguais," acautelou um outro membro da comunidade de negócios.

Os analistas dizem que, uma vez que a SADC progride rumo à altos níveis de integração económica, em particular a União Aduaneira, a questão de sobreposição de afiliações torna-se mais pertinente.

Isto porque as regras da Organização Mundial do Comércio não permitem os Estados membro pertencer a mais de uma União Aduaneira.

Porém, alguns Estados membro da SADC pertencem a comunidades económicas regionais que já têm ou planeam ter Uniões Aduaneiras. Estes incluem o Mercado Comum para África Austral e Oriental (COMESA) e a Comunidade da África Oriental.

Os desafios de sobreposição de afiliações foram um grande impedimento para o progresso durante as negociações sobre os Acordos de Parceria Económica (EPA) entre as regiões no grupo da África, Pacífico e Caraíbas (ACP) e União Europeia, que acabaram oficialmente em Junho.

Os EPAs deveriam ter sido concluídos em Dezembro de 2007 mas em virtude da substância do acordo económico total entre a África e a UE não ter sido alcançado durante a Cimeira de Dezembro em Lisboa, Portugal, a sorte dos EPAs permanece incerta. □

## Metas para Integração Económica da SADC até 2015

2008	2010	2015
Zona de Comércio Livre Completada (Tarifas e barreiras não-tarifárias removidas sobre 85% dos produtos*)	União Aduaneira estabelecida (Tarifa externa comum sobre terceiros)	Mercado Comum alcançado (Livre circulação de todos os factores de produção, política comercial comum sobre terceiros)
*Exclue produtos sensíveis cuja tarifa desaparece até 2012. Exemplos de produtos sensíveis		
Açúcar Têxteis e roupas Veículos automóveis	Químicos e plásticos Lactíneos Calçado	

# Conferência Consultiva Internacional sobre a Pobreza e Desenvolvimento da SADC

A SADC irá hospedar uma conferência regional sobre a pobreza e desenvolvimento para elevar a consciencialização sobre as dimensões regionais da pobreza e para desenvolver programas que gerem crescimento pro-pobre.

A conferência fornecerá uma plataforma para a SADC, Parceiros de Cooperação Internacional (PCIs), sociedade civil e sector privado e comunidade internacional para se engajarem num diálogo público, forjarem consenso e rever o progresso da agenda de integração económica da SADC visando o enfoque sobre a erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável.

A conferência será realizada de 18-20 de Abril de 2008 nas Maurícias, com o tema "Integração Económica Regional: Uma Estratégia para a Erradicação da Pobreza rumo ao Desenvolvimento Sustentável."

Espera-se que a conferência desenvolva consenso sobre uma estratégia regional de redução de pobreza e produzir um plano de acção para guiar a região sobre a criação de condições necessárias para erradicar a pobreza e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

Os resultados esperados da conferência incluem mais comprometimento rumo ao alcance dos ODMs; e desenvolvimento dum Quadro Regional de Redução de Pobreza baseado no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) da SADC e estratégias nacionais de redução de pobreza.

Espera-se que a conferência produza um quadro regional de monitoria e avaliação da redução de pobreza, e acelerar a colaboração dos Estados membro e PCIs na implementação do RISDP e Plano Estratégico Indicativo do Órgão sobre Cooperação na Defesa, Políticas e Segurança (SIPO).

Espera-se que aumente a consciencialização entre os PCIs sobre os esforços sendo feitos na região da SADC para erradicar a pobreza, e encorajá-los a colocar recursos adicionais para as

reformas económicas regionais e agenda de integração.

A decisão de realizar-se uma conferência foi tomada na Cimeira dos Chefes de Estado e Governo em Agosto de 2006, em Maseru, Lesotho, após uma proposta das Maurícias.

Os objectivos da Conferência da SADC sobre a Pobreza e Desenvolvimento são:

- ♦ Manter o momento para que a região continue lutando para alcançar os ODMs;
- ♦ Discutir as dimensões regiões da pobreza e as suas ligações com as estratégias nacionais de redução da pobreza;
- ♦ Estabelecer a interdependência entre as estratégias da erradicação da pobreza e políticas de abertura comercial;
- ♦ Forjar consenso sobre os elementos chave da redução regional de pobreza e estratégia de integração económica com os parceiros, nomeadamente os governos da SADC, sector privado e sociedade civil;
- ♦ Desenvolver um plano de acção/roteiro sobre a pobreza e desenvolvimento, delinear uma série de tarefas específicas e acções a curto, meio e longo prazo;
- ♦ Remobilizar a comunidade internacional, em particular os países desenvolvidos, a cumprir com os seus compromissos tendo em vista o aumento dos níveis da ajuda de desenvolvimento, incluindo ajuda para o comércio;
- ♦ Assegurar recursos, aos níveis regional e internacional, para satisfazer os ajustamentos dos custos económicos e sociais e implementar programas/projectos orientados à pobreza regional; e
- ♦ Colocar fundações para uma nova parceria global para a SADC alcançar as metas dos ODMs.

A pobreza permanece um dos grandes desafios confrontando a região da SADC.

Cerca de 40 por cento da população vive na pobreza extrema, o que está reflectido nos pobres indicadores sociais regionais tais como os altos níveis de má nutrição, analfabetismo, desemprego, subemprego, esperança de vida em declínio e insuficiente acesso aos serviços básicos e infra-estruturas para sustentar as básicas capacidades humanas.

Ao decidir realizar uma conferência sobre a pobreza e desenvolvimento em tal contexto, a Cimeira de Maseru a SADC reafirmou que a principal estratégia para erradicação da pobreza é a integração económica regional.

O Tratado da SADC (1992) afirma que a integração regional será perseguido como uma veículo para acelerar o crescimento económico, erradicar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável.

A Cimeira de Maseru ainda notou que o RISDP confere prioridade absoluta à erradicação da pobreza e é um veículo através do qual a região pode alcançar os ODMs.

O RISDP é o guião de desenvolvimento da SADC, de 15 anos, e tem uma meta de reduzir à metade a pobreza em linha com a Meta 1 dos ODMs, até 2015.

Reconhece-se amplamente que o ponto de partida para o combate da pobreza é a implementação de reformas de políticas económicas talhadas a remover os constrangimentos ao desenvolvimento de negócios e profunda integração económica numa economia regional e global.

Isso permitirá altos níveis de comércio e fluxos de investimento levando à novas actividades de geração de rendimentos e alto crescimento económico que criará mais recursos para desenvolver projectos de integração social visando os pobres.

A integração na economia regional e global implicará, contudo, importante transformações nas estruturas nacional e social.

Será acompanhado por dois grandes ajustamentos de custos: ajustamento de custos económicos à medida que os recursos de produção e humanos se ajustem às novas demandas, e os custos sociais de ajustamento à medida que a transformação económica é acompanhada por mudanças de padrões de emprego e distribuição de rendimentos que impacta, sobre os grupos vulneráveis. □

## Consultas regionais sobre o Protocolo sobre o Género da SADC

A UNIDADE de Género da SADC está a preparar um plano de consulta através da região sobre a proposta do protocolo sobre o género para permitir o envolvimento de todos os parceiros.

A proposta do Protocolo sobre o Género e Desenvolvimento está a ser revista após a Cimeira dos Chefes de Estado e Governo de 2007 tê-la devolvido aos ministros da SADC responsáveis para o género para permitir mais consultas nacionais.

As consultas serão levadas a cabo no primeiro semestre de 2008 para que o protocolo seja finalizado e submetido à Cimeira em Agosto.

A acção imediata a ser tomada pela Unidade de Género da SADC é finalizar o roteiro para actividades nacionais, incluindo actividades específicas que serão tomadas, que parcerias serão feitas, e que parceiros a consultar, bem como estabelecer calendários para que todas as actividades sejam levadas a cabo para permitir consultas suficientemente amplas.

Os parceiros chave a serem envolvidos desde o começo do processo incluem os funcionários seniores da SADC, funcionários dos ministérios da justiça, negócios estrangeiros, finanças, deputados, e parceiros de desenvolvimento. □

## Unidade africana e desenvolvimento industrial foi enfoque da Xª Assembleia da União Africana

A **UNIÃO** Africana acelerou planos de unificação através do estabelecimento de um grupo de alto nível de chefes de Estado e Governo sob a liderança do Presidente Jakaya Kikwete da República Unida da Tanzânia, que é o novo líder da UA.

O grupo de líder, consistindo de Kikwete e o Presidente John Kufuor do Gana como o presidente cessante da UA, inclui 10 outros líderes, dois de cada uma das cinco regiões de África.

O grupo foi estabelecido na Xª Sessão Ordinária da Assembleia

dos Chefes de Estado e Governo da União Africana realizada em Adis Ababa, em finais de Janeiro.

O grupo de alto nível foi mandatado para estudar as questões que travaram o progresso, identificadas pelo comité ministerial que apresentou o seu relatório na Assembleia. Espera-se que o novo comité de alto nível apresente recomendações sobre um governo da união aos seus colegas na próxima Assembleia da UA, marcado para Cairo, em Julho.

As áreas de divergência recordam os debates originais realizados na Cimeira da fundação da Organização da União Africana (OUA) em Maio de 1963 quando o Presidente Kwame Nkrumah do Gana quis uma unificação imediata dos poucos países que eram independentes, num governo pan-africano.

O Presidente Julius Nyerere da Tanzânia foi de igual modo eloquente ao advogar uma abordagem “tijolo a tijolo,” começando com a busca de independência política para os restantes países sob jugo colonial ou apartheid, incluindo toda a África Austral.

É irónico que os dois líderes que passaram a tocha em Janeiro como presidentes eleito e cessante da UA representam os mesmos dois países.

Os novos debates surgiram após completar-se a independência política com o fim do governo de apartheid na África do Sul em 1994, daí o alcance da independência política pela OUA e o subsequente estabelecimento da União Africana.

Os protagonistas deste tempo são o Presidente líbio, Col Mumar Gadafi, insistindo numa transformação imediata para os Estados Unidos de África, enquanto que a África Austral advogam o fortalecimento das Comunidades Económicas Regionais (CERs) como fundações.

Enquanto a UA concorda sobre o movimento rumo ao governo de união, existem pontos de vista diferentes sobre a calendarização e modelo de governação.

Há quatro áreas de divergência, essencialmente com enfoque sobre uma caminhada rápida rumo à união política do continente ou primeiro fortalecer o desenvolvimento das regiões económicas como fundações.

A calendarização do estabelecimento de um governo de união tem duas escolas de pensamento. Uma é de uma abordagem gradual de base ao topo, advogada pela África Austral e Oriental, baseado nas CERs e levando tempo na construção das economias regionais.

A outra escola de pensamento, consistindo mais dos estados da África Ocidental e Líbia, é mais para uma abordagem topo-base, começando com a formação de um governo de união e eleição do seu líder como uma questão de urgência para substituir a actual Comissão da UA.

O último grupo quer um presidente da união com um pequeno conselho de ministros para cobrir o comércio, defesa e política externa; e expansão do conselho de ministros até 2015.

Acrescido à calendarização, os outros pontos de discussão são sobre o modelo de governação a adoptar: um modelo federal como os Estados Unidos da América; uma coligação de estados cooperando em áreas específicas com soberania de estado claramente definida, similar à União Europeia; ou uma abordagem gradual que eventualmente levará a um governo continental.

Embora esta questão complexa da forma e calendarização de governação africana foi de novo devolvida ao comité, as discussões durante a Cimeira de três dias foram



Presidente Jakaya Kikwete  
Presidente da União Africana

baseadas no tema “Desenvolvimento Industrial da África” com ênfase sobre a necessidade de fortalecer as economias nacionais através de parcerias de cooperação económica.

Outras questões abordadas incluem a resolução de paz e segurança, mudança climática, e o papel da juventude no desenvolvimento africano.

O Presidente Kikwete da Tanzânia, eleito para novo presidente da UA, prometeu trabalhar duro na mudança da imagem de África como um continente estereotipado por guerras civis, turbulência política e instabilidade.

“Existe muitas notícias más emergindo da África apesar dos enormes recursos continentais. É minha esperança que as coisas vão mudar. Este é um grande desafio a nossa frente,” disse Kikwete.

“Chegou a hora para que promovamos desenvolvimento no continente. “Nós (nações africanas) devemos forjar uma união estreita e termos uma voz única ao lidarmos com os injustos quadros de comércio global e financeiros prevalentes.”

A selecção de Kikwete era antecipada visto que a presidência rotativa tinha que ir para um estado da África Oriental. □

### Novos comissários da UA

O **ANTIGO** ministro de negócios estrangeiros da Gabão, Jean Ping, foi nomeado como o novo presidente da Comissão da UA, substituindo Alpha Omar Konare, cujo termo tinha expirado.

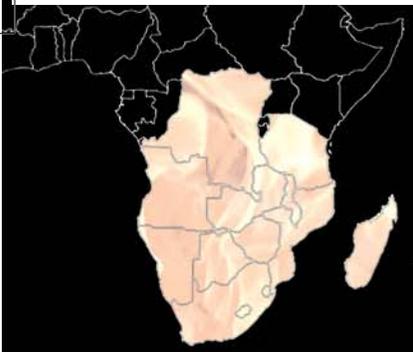
Sete comissários dos oito portfólios da Comissão da UA foram nomeados na recente Assembleia da UA. Dois dos comissários da África Austral foram re-nomeados:

- o Assuntos Económicos, Dr Maxwell Mkwezalamba (Malawi); e
- o Assuntos Sociais, Adv. Bience Philomina Gawanas (Namíbia).

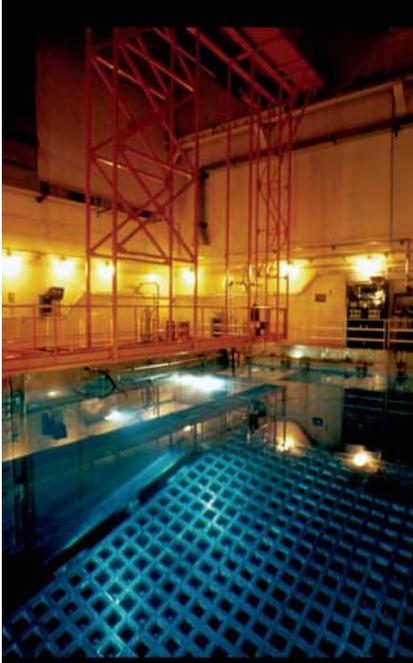
A Comissão da UA também elegeu nove novos membros do seu Conselho de Paz e Segurança (CPS): Burundi, Chade, Ruanda, Uganda, Tunísia, Suazilândia, Benin, Burkina Faso e Mali.

Apelou-se ao novo conselho para prioritar a protecção de civis e em particular, mulheres e raparigas no Sudão, Somália e RDC. □





# ENERGIA DA ÁFRICA AUSTRAL



## SADC acrescenta energia à rede regional

por Joseph Ngwawi



A região da SADC dispenderá cerca de US\$7.9 bilhões nos próximos três anos para aumentar o fornecimento de energia, enquanto que mais US\$32 bilhões serão alocados para projectos de geração de electricidade a longo prazo.

Ministros do sector de energia da SADC resolveram num encontro em Harare, Zimbabwe, em 2007 que os Estados membro deviam levar a cabo projectos de geração de electricidade a curto prazo que vão acrescentar 6,700 megawatts (MW) de potência à rede regional.

Os projectos de curto prazo custarão US\$7.88 bilhões e devem estar prontos até 2010, segundo os ministros.

A rede regional é administrada pelo Centro de Coordenação do Grupo de Energia da África Austral (SAPP), em Harare.

“Espera-se que o excedente de geração regional aumente em 5,000MW a partir de projectos de geração de energia em progresso até 2010,” os ministros de energia disseram num comunicado.

Esteve projectado que a capacidade de geração de excedente na região da SADC acabasse em 2007.

A actual capacidade instalada na região é de 53,000MW mas a capacidade fiável é de 41,000MW, disseram os ministros.

A capacidade de geração de electricidade da região não tem aumentado em paralelo com a demanda de energia criada pela

rápida expansão da economia regional.

O crescimento da demanda de energia tem tido uma média de três por cento na última década, acelerado pelo crescimento económico de cinco por cento.

Desde 2004, os membros da SAPP têm comissionado projectos de reabilitação que contribuíram 1,810MW para a rede regional.

“O défice energético regional é actualmente de 1,000MW, sem uma margem de reserva de 4,000MW,” os ministros revelaram, acrescentando que se espera que o défice seja reduzido a zero através da implementação de projectos de curto prazo nos próximos dois anos.”

Estão também em forja uma série de projectos de geração a longo prazo, alguns dos quais estarão prontos em 2020.

“Os membros da SAPP vão levar a cabo projectos de geração a longo termo, que acrescentarão 32,000MW à rede da SAPP num custo estimado em US\$32 bilhões,” os ministros de energia disseram.

O projecto-mor regional de longo prazo é o Projecto de Energia do Corredor Ocidental (WESTCOR), uma iniciativa gigante de cinco países que vai explorar energia amigável, renovável, e hidro-eléctrica das cataratas de Inga na República Democrática de Congo (RDC).

Os ministros de energia reconheceram “a possível contribuição da WESTCOR como um renovável

projecto de grande escala de geração hidro-eléctrica, transmissão de energia e telecomunicações de banda larga.”

O projecto vai acrescentar cerca de 3,500MW à rede regional e vai resultar no desenvolvimento de infraestrutura associada de telecomunicações e transmissão na parte ocidental da SADC num custo estimado de US\$7 bilhões.

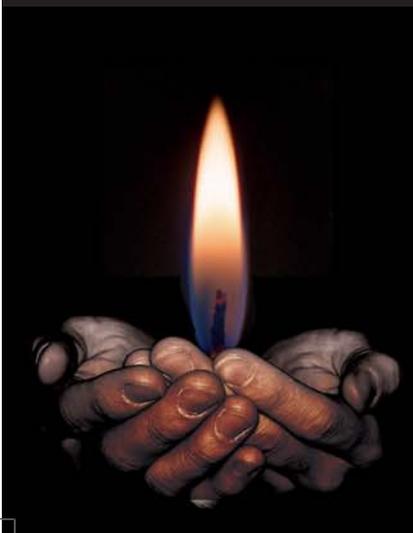
O projecto da WESTCOR é uma parceria envolvendo as companhias eléctricas da África do Sul, Angola, Botswana, Namíbia, e RDC.

A SAPP tem 12 países membros representados pelas respectivas empresas de energia, embora à três destes países – Angola, Malawi e República Unida da Tanzânia – lhes sejam acordados o estatuto de membros não-operadores visto não estarem conectados à rede regional de electricidade.

Os Estados ilhéus das Maurícias e de Madagáscar não são membros da SAPP.

Um Revisto ME Inter-Governamental foi assinado em 2006 para conectar Angola, Malawi e a República Unida da Tanzânia e acrescentar investidores privados para aumentar o fornecimento de electricidade.

Do MEIG e do MEIE quis reconhecer outros novos desenvolvimentos na região tais como a reestruturação da SADC e suas instituições, particularmente a dissolução do sub-comité de electricidade. □



# Para acabar com os cortes de energia, a África Austral precisa de "correr enquadro"

por Munetsi Madakufamba

A medida em que África Austral entra no seu segundo ano de devastadores défices energéticos como foi previsto pelo Grupo de Energia da África Austral (SAPP) há cerca de uma década, há uma necessidade de nos próximos dois anos se acelerar os grandes projectos a curto prazo avaliados em quase US\$8 biliões.

Os défices de electricidade têm nas últimas semanas afectado severamente vários Estados membro da SADC, levando a que haja cortes previstos e, em alguns casos, não previstos.

A partir do ano passado, os cortes programados de energia foram introduzidos em países tais como a África do Sul, Namíbia, Zâmbia e Zimbábwe.

Confrontado com uma crescente pressão da indústria e consumidores domésticos, a empresa energética da África do Sul, Eskom, anunciou em meados de Janeiro que iria descontinuar as exportações de electricidade aos países vizinhos para satisfazer a demanda local, embora uma parte significativa dos fornecimentos deriva de países vizinhos, especialmente Moçambique.

O The Sunday Independent citou Andrew Etzinger, chefe da gestão de demanda da Eskom, a dizer que as reservas de electricidade da África do Sul caíram durante o ano passado de sete por cento para menos 17 por cento devido a um declínio no desempenho da geração. Etzinger disse que levaria pelo menos mais sete anos antes que a situação volte ao normal.

"O facto é que neste país, durante muito tempo tivemos excedente de electricidade a um preço barrato – mais barrato que em muitas nações industriais. Então, fez sentido para os investidores gigantes, cujas fábricas precisam de grandes quantidades de electricidade, investirem aqui," Etzinger disse ao semanário sul-africano.

"O que aconteceu agora é que temos que gerir o recurso de forma diferente. Vai simplesmente custar mais aos investidores – isso não quer dizer que devam parar os seus projectos futuros," acrescentou.

Industrialistas sul-africanos dizem que as escassezes de energia custaram-lhes biliões de randes, especialmente as minas e fundições que consomem mais da electricidade do país.

Os países vizinhos tais como Botswana, Namíbia e Suazilândia, que dependiam da África do Sul para o fornecimento de energia, tiveram que procurar outras fontes na região.

A Suazilândia, que importa 80 por cento da sua electricidade da África do Sul, está actualmente em conversações com Moçambique; enquanto a Namíbia e Zimbábwe fizeram um arranjo de parceria energética que envolve um investimento namibiano de US\$40 milhões na remodelação da estação energética de Hwange.

Num grande desenvolvimento para a região da África Austral, recentemente Moçambique

## Roteiro da SAPP

A SAPP, que gere a Rede de Energia da África Austral conectando muitos dos Estados membro do interior, desenvolveu um roteiro que procura responder os actuais desafios.

O roteiro da SAPP procura aumentar a capacidade de geração da África Austral, com cerca de 50 projectos de curto e longo prazos em andamento ou planeados para desenvolvimento futuro.

Espera-se que somente os projectos de geração a longo prazo acrescentem 32,000 MW à rede regional a um custo de US\$32 biliões.

tornou-se o accionista maioritário da gigante barragem de Cahora Bassa e da empresa hidro-eléctrica da antiga potência colonial, Portugal.

Os Estados membros da SADC concordaram o ano passado acelerar projectos de curto prazo de geração de energia, que vão acrescentar 6,700 megawatts (MW) até 2010 à rede de energia da região a um custo de US\$7.88 biliões.

A SAPP, que administra a rede regional de energia, previu que começando em 2007, a capacidade combinada de geração de energia de reserva na região seria menos em relação à alta de demanda.

Em resposta, os Estados membros da SADC iniciaram numerosos projectos de geração a curto, médio e longo prazos, bem como alguns projectos de reabilitação que vão garantir à região a segurança energética que tanto precisa.

A actual capacidade instalada na região é de 53,000 MW da qual a capacidade fiável é de apenas 41,000 MW contra uma demanda de 42,000 MW.

A região requer uma margem de reserva de 10 por cento se as suas economias vão operar suavemente.

Com algumas das economias que mais crescem em África, a capacidade de geração de electricidade da SADC não tem crescido em paralelo com o crescimento na demanda.

As estatísticas disponíveis mostram que o crescimento da demanda de energia na região tem tido uma média de três por cento por ano na última década fruto de uma expansão económica de cerca de cinco por cento.

Com a região já tendo esgotado a capacidade excedentária, a SAPP diz que o problema pode ser ultrapassado até 2010 se os projectos planeados são implementados e comissionados à tempo.

A segurança energética torna-se mais pertinente dado que espera-se que a Zona de Comércio Livre, que entra em vigor este ano,

O plano é duplicar a capacidade de geração regional nos próximos 20 anos através de novas estações e inter-conectores de transmissão.

Espera-se que uma vez implementados, os actuais projectos de curto prazo ultrapassem o actual défice de 1,000 MW ao mesmo tempo que criam um excedente de geração de 5,000 MW ou 10 por cento até 2013.

As principais estações propostas incluem a Inga III na República Democrática de Congo (RDC) com uma capacidade de 3,600 MW, a Estação de Gás de Kudu na Namíbia com uma capacidade de 800 MW e a Baixa Kafue com uma capacidade de 600 MW.

## O que é a SAPP?

O Grupo de Energia da África Austral (SAPP) foi criado em Agosto de 1995 na cimeira da SADC realizado em Kempton Park, África do Sul, quando os governos membro (excluindo as Maurícias) assinaram um Memorando de Entendimento Inter-Governamental para a formação de um grupo de energia na região.

Os ministros responsáveis pela energia na região da SADC assinaram um Memorando de Entendimento Inter-Governamental Revisto no dia 23 de Fevereiro de 2006.

A criação da SAPP confirmou o cometimento da região em expandir o comércio de electricidade, reduzindo os custos e fornecendo uma maior estabilidade de fornecimento para as 12 empresas nacionais:

- o Empresa de Energia do Botswana (BPC);
- o Electricidade de Moçambique (EDM);
- o Empresa Nacional de Electricidade da Angola (ENE);
- o Comissão de Fornecimento de Electricidade do Malawi (Escom);
- o Eskom da África do Sul;

acelere mais crescimento na região. A SADC pode também querer melhorar a sua prontidão antes do Campeonato Mundial de Futebol de 2010.

Se a actual situação vai ser controlada, os países da África Austral necessitam de se atentarem à famosa afirmação do visionário Mwalimu Julius Nyerere.

O Mwalimu disse uma vez sobre o desenvolvimento do continente: "Os africanos

# enquanto os outros caminham”

Os inter-conectores destacáveis incluem o inter-conector de Westcor estendendo-se da Inga III na RDC para Amgola, Botswana e em frente até África do Sul.

A cooperação regional de energia também procura facilitar o desenvolvimento de outras fontes de energia tais como a biomassa e biocombustíveis para aumentar a capacidade do sector de energia.

Existe também um potencial para a região aumentar auto-suficiência em recursos petrolíferos e gasosos através de uma exploração e desenvolvimento regional misto. [sardc.net](http://sardc.net) □

- o Empresa de Electricidade de Lesotho (LEC);
- o NamPower da Namíbia;
- o Empresa de Electricidade da Suazilândia (SEB); Sociedade Nacional de Electricidade (SNEL) da RDC;
- o Companhia de Fornecimento Eléctrico da Tanzania (Tanesco);
- o Autoridade de Fornecimento de Electricidade do Zimbabwe (ZESA);
- o Empresa de Fornecimento de Electricidade da Zambia (ZESCO)

A SAPP é governado por quatro acordos:

- o Memorando de Entendimento Inter-Governamental que permitiram o estabelecimento da SAPP;
- o Memorando de Entendimento Inter-empresas que estabeleceu os princípios de gestão básica e operacionais;
- o Acordo Entre Membros Operacionais que estabelece os regras específicas de operação e preços;
- o Guião Operacional que estabelece os padrões e guiões operacionais. □

devem correr enquanto os outros andam.” Talvez seja isso que a África Austral necessita para evitar esmorecer a confiança dos investidores gerada pela Zona de Comércio Livre e o Campeonato Mundial de 2010.

A partilha de energia encontra-se no coração do desenvolvimento sócio-económico regional. □

## Estatuto dos projectos de geração no Grupo de Energia da África Austral

País [MW]	Nome do Projecto	Capacidade [MW]	Discrição do Projecto	Data Prevista	Custo Estimado do Projecto USD [M]
Angola	Benguela	83	Projecto de Turbina de Gás.	2007	-
	Capanda Fase 2	260	Desenvolvimento duma estação hidro-eléctrica em Capanda.	2007	344
	Gove	60	Reabilitação duma barragem e instalação da estação de energia.	2010	180
Botswana	Expansão da estação de Morupule	600	Expansão da actual estação alimentada à carvão.	2010	900
DRC	Inga 2	800	Reabilitação do projecto hidro-eléctrico de Inga.	2007	452
	Inga 1	110	Reabilitação	2007	78
	Nseke	62	Início do projecto	2009	56
	Koni	42	Reabilitação	2008	15
	Mwadingusha	12	Reabilitação	2010	30
	Zongo	75	Início do projecto	2010	6
	Nzilo Sanga	27	Reabilitação	2009	28
Malawi	Tedzani 1&2	40	Reabilitação	2007	17
	Kaphichira Fase-2	64	Nova estação hidro-eléctrica	2009	50
Mozambique	Mavuzi and Chicamba Projects	34	Projectos de reabilitação de longo prazo	2009	30
Namibia	Kudu	800	Construção de estação eléctrica	2010	640
África do Sul	Camden	1140	Reabilitação	2008	848
	Grootvlei	1140	Reabilitação	2010	777
	Komati	909	Reabilitação	2010	987
	Amot	120	Melhorias	2007	63
	Ankerlig OCGT Gourikwa	600	Melhorias	2007	240
Swaziland	Maguga	20	Início do projecto	2007	-
	Ubungu Kinyeredzi	60	Início do projecto	2007	-
Tanzania	200	Construção de estação alimentada à gás	2007-9	190	
	Kafue Gorge Margem do Norte do Kariba	90	Melhorias	2008	50
	120	Melhorias	2009	60	
Zambia	Extensão da margem do Norte do Kariba Itezhi-Tezhi	360	Construção de estação hidro-eléctrica	2009	300
	120	Construção	2010	142	
	Zimbabwe	Reabilitação do Hwange	400	Implementação em curso	2008
Zimbabwe	Extensão do Kariba Sul	300	Expansão da estação eléctrica de Kariba	2010	300
	Expansão de Hwange	600	Expansão da existente estação de geração	2010	600
	Estação de geração Mini hidro-eléctrica	120	Construção de uma estação mini hidro-eléctrica	2009	-

### CHAVE



Novos Projectos de Curto e Longo Prazos



Projectos de Reabilitação

O quadro lida com os projectos de reabilitação, de geração de energia de curto e longo prazos até 2010. Devido às actuais escassezes de energia na região da SADC, o quadro fornece os projectos em curso, mas não os que estarão em curso para além de 2010.

Fonte Grupo de Energia da África Austral

## Namíbia colhe benefícios de cooperação regional

A Namíbia começou a receber 40 megawatts de energia da Estação Eléctrica de Hwange do Zimbabwe em Janeiro, como parte de um negócio envolvendo multi-milhões de dólares assinado em 2007 entre a Nampower e Autoridade de Fornecimento de Electricidade do Zimbabwe (ZESA)

A energia foi ligada no dia 3 de Janeiro após a finalização de reabilitação da Estação Eléctrica de Hwange, no noroeste do Zimbabwe.

O ano passado a NamPower assinou com a ZESA um acordo de US\$40 milhões para compra de energia, sob o qual a primeira disponibilizou um empréstimo à última para que resuscitasse quatro unidades na Estação Eléctrica de Hwange.

A NamPower é responsável pelo financiamento da compra do equipamento e custos laborais, enquanto a ZESA fica-se pelos custos locais. Sob o acordo, a Namíbia receberá 150 megawatts da estação eléctrica alimentada a carvão.

O director-gerente da NamPower, Paulinus Shilamba, disse que o acordo de compra de energia com o Zimbabwe foi um arranjo oportuno para um país que previamente dependeu apenas na África do Sul para as suas importações energéticas.

A empresa sul-africana de energia, Eskom, tem desde o começo do ano tido dificuldades em satisfazer ambas as demandas doméstica e regional.

Shilamba disse que 40 megawatts podiam servir de almofada à Namíbia quando a Eskom não consegue fornecer a quantidade de energia necessária.

A electricidade da Estação de Energia de Hwange é actualmente transportada via África do Sul até que o Inter-conector da Linha de Caprivi do NamPower fique operacional.

A economia namibiana foi severamente afectada pela escassez de energia na África do Sul nos últimos três anos, incluindo um incidente há dois anos quando a Estação de Energia de Koeberg da Eskom foi danificada e teve de ser fechada por vários meses.

A Namíbia foi obrigada a activar as suas antigas estações de energia em Walvis Bay e Windhoek para evitar sérias escassezes de electricidade durante os passados

três anos. Entretanto, os resultados das duas estações de energia continuam insuficientes para satisfazer a demanda doméstica.

Aquele país do sudoeste da África teve que em recentes anos procurar fontes alternativas de energia tais como a Cahora Bassa de Moçambique, bem como a Zâmbia e Zimbabwe.

O governo está também a colocar o seu enfoque em projectos gigantes tais como o projecto de

gás-para-energia de Kudu, o esquema hidro-eléctrico do Baixo Kunene e o inter-conector da Linha do Kaprivi para a Zâmbia.

O ano passado a NamPower anunciou planos envolvendo o Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe para ligar a Estação Eléctrica de Hwange à Victoria Falls via Botswana e Namíbia.

O projecto, conhecido por Zizabona, completará a ligação e criará um corredor para a

importação e exportação de energia para os quatro países.

"Zizabona criará uma via alternativa para a importação de energia dos países vizinhos," disse o porta-voz do NamPower, John Kaimu. □

## Urânio do Botswana

Uma companhia minéria internacional anunciou as amostras iniciais de pesquisa contendo 20 milhões de libras de urânio, dando mais alento à abertura de primeira mina de urânio no Botswana.

As pesquisas, que fazem parte de do projecto do Grande Letlhakane no nordeste do país, surgem dum recurso cobrindo uma área de aproximadamente seis quilómetros por três quilómetros, e estende-se da superfície para uma profundidade de 45 metros.

A companhia, A-Cap Resources, anunciou ano passado que tinha descoberto novos depósitos de urânio em Serule e intencionava acelerar o programa de exploração no Botswana após ter obtido resultados positivos nas perfurações. A companhia encontrou uma mineração de urânio de alta qualidade até 10,000 partes por milhão numa nova zona sobre parte oriental de Mokobaesi.

O urânio, que é usado no fabrico de armas nucleares e como uma fonte alternativa de energia, tem estado em alta demanda no mundo. Devido ao aumento em demanda que ultrapassa o seu fornecimento por uma larga margem, os preços do minério subiram vertiginosamente de US\$10 por libra em 2002 para mais de US\$100 por libra neste momento.

Esperando-se que o consumo total mundial duplique nas próximas duas décadas, alguns novos reactores nucleares estão sendo construídos, sendo a expansão mais rápida no desenvolvimento da Ásia, incluindo a China e Índia.

A A-Cap Resources tem operações no Botswana, Austrália e China, e encontra-se listada nas bolsas de valor do Botswana e Austrália (Mmegi) □

## Países viram-se para os bio-combustíveis devido a volatilidade do mercado petrolífero internacional



Plantação de biodiesel na África do Sul

Os Estados membro da SADC estão virando-se para os bio-combustíveis devido a volatilidade que grassa o mercado internacional de petróleos.

África do Sul, Moçambique e Zimbabwe lideram na busca de fontes alternativas de combustível para amortecerem as suas economias das altas dos preços internacionais de petróleos.

O Zimbabwe liderou a produção comercial de bio-combustível em África quando lançou a primeira fábrica de bio-combustíveis do continente na capital Harare.

A fábrica usa sementes de jatrofa, planta rica em combustível, e espera-se que produza cerca de 100 milhões de litros de bio-combustível a todo o gás.

A companhia petrolífera de Moçambique, Petromoc, também anunciou planos para implementar um projecto de bio-combustíveis

avaliado em US\$550 milhões que se espera produza até 226 milhões de litros do combustível e criar cerca de 800 empregos.

A fábrica usará cana de açúcar e jatrofa que serão plantadas em cerca de 74,000 hectares de terra, como parte de uma parceria com a Cofamosa, que representa 200 fazendeiros moçambicanos e sul-africanos.

Acrescido ao consumo doméstico, Moçambique espera exportar bio-combustíveis para os Estados membro da SADC e outros países africanos.

A África do Sul também tem estado a explorar perspectivas de entrar numa plena produção de bio-combustíveis entre indicadores de que os preços mundiais do petróleo continuam a subir.

Os preços internacionais do petróleo têm andado nos US\$90 por barril desde a alta de US\$100 no início do ano. □

# Aprendendo a viver com as cheias – Aviso prévio e comunicação vitais

por Bayano Valy

“COM AS cheias não só se aprende como lidar com a terra, a água e o capim, mas também como pensar o uso do espaço físico para o crescimento económico e a reorganizar a comunidade em função dos desafios e das oportunidades que surgem...”

Falando na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) em 2001, o falecido Prof Dr José Negrão disse à sua audiência que o país deve aprender a viver com as cheias.

Isso foi instrutivo porque no ano anterior Moçambique tinha sofrido as suas piores cheias desde os meados dos anos setenta.

Um salto para 2008.

Novas cheias assolaram os países da África Austral através da bacia do Rio Zambeze.

Angola, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe são até aqui os mais afectados.

Atentos às previsões de chuvas acima do normal feitas ano passado pelo Fórum do Panorama Climático da África Austral, os governos fizeram planos de contingência para contrariar e mitigar os impactos de possíveis cheias em linha com as recomendações da SADC.

O Secretariado da SADC tem estado na vanguarda dos planos para se estabelecer um sistema de comunicações e de aviso prévio melhorado na região.

O Secretário Executivo da SADC, Tomás Salomão, disse à repórteres na capital moçambicana, Maputo, que é importante para que os países à montante e à jusante dos grandes rios regionais troquem informação para planearem acções conjuntas como acordado no Protocolo Revisto da SADC sobre Cursos de Águas Partilhados.

Salomão disse que ao planear para o desenvolvimento, os países

da SADC devem estabelecer mecanismos concebidos para fazer face às calamidades naturais, que compreendem actividades de mitigação tais como operações de salvação e assistências às vítimas.

O Secretário Executivo estava a liderar uma missão da SADC viajando através dos cinco países para apreender em primeira mão os impactos das cheias.

Ele disse que os países tinham fortalecido os seus mecanismos de preparação contra calamidades, e que muitas das populações ribeirinhas tinham sido salvas e colocadas em locais seguros.

Uma resposta de aviso prévio mais eficaz e melhor cooperação entre os governos regionais levaram a que houvesse menos mortes nas cheias que assolaram a região este ano.

Embora a época chuvosa tenha trazido algumas das “piores chuvas na história” em muitos países na região, as mortes e danos à infra-estruturas e propriedades tinham sido reduzidos consideravelmente comparado aos outros anos.

Moçambique tem sido elogiado pela comunidade internacional pela sua preparação, enraizado nas suas severas experiências anteriores. Como um país à jusante que sofre das cheias, Moçambique conseguiu as cheias de 2008 sem declarar uma

emergência, um sinal de que é possível viver com as cheias.

Espera-se que o Conselho de Ministros da SADC a reunir-se nos finais de Fevereiro aprove uma proposta de recomendações aos Chefes de Estado e Governo para assegurar que os esforços de cada país sejam complementados pelas actividades do Secretariado para atrair instituições financeiras a apoiá-los. □

## Região da SADC em alerta máxima com mais cheias previstas

A **ÁFRICA AUSTRAL** foi advertida a preparar-se para mais chuvas visto o pico da época chuvosa estar a aproximar-se. A época chuvosa na maior parte da África Austrak estende-se desde Outubro à Março com o pico nos finais de Fevereiro. Uma previsão do período Janeiro à Março de 2008 emitido pelo Centro da SADC de Monitoria de Secas adverte que haverá muita chuva em muitas partes das terras do continente na SADC e Madagáscar. Espera-se que as Maurícias recebam chuvas normais e acima do normal durante o mesmo período. □

## Associação meteorológica regional na forja

Os departamentos dos serviços nacionais meteorológicos na região estão a liderar um processo para estabelecer a Associação Meteorológica da África Austral.

O processo foi adoptado pela SADC e actualmente inclui 10 dos 14 Estados membro, sendo que os outros quatro ainda estão em consultas ao nível nacional.

O perito climático e director do Departamento de Serviços Meteorológicos do Zimbabwe, Amos Makarau, aplaudiu a decisão dos departamentos meteorológicos da região em estabelecer a associação que ficará responsável pela emissão de previsões climáticas regionais.

A associação vai também olhar para questões de variabilidade climática e mudanças climáticas na África Austral.

“Muitos modelos climáticos indicam que a região ficará mais seca, mas estamos constantemente a experimentar cheias, pelo que essa associação será de grande valor ao estudo de mudança

climática e variabilidade com importantes implicações para o planeamento na região,” disse Makarau.

As chuvas desta época foram atribuídas aos fenómeno La Niña que se caracteriza pelo arrefecimento das temperaturas da superfície do mar no zona equatorial do Oceano Pacífico, e tem impactos significativos sobre os padrões de chuvas em todo o mundo, causando muitas chuvas na África Austral.

“Ao contrário do efeito de El Niño que é mais periódico, ocorrendo em cada quatro ou cinco anos, os eventos de La Niña são menos frequentes, irregulares e quando eles ocorrem os seus impactos podem ser significativos,” disse Makarau.

Os esforços dos peritos regionais de meteorologia ecoam os esforços ao nível global para melhorar a disponibilidade de prever mudanças climáticas e lidar com padrões de temperaturas extremas. □

## Melhem as capacidades de previsão climática

**DELEGADOS JUNTARAM-SE** numa reunião da Organização Mundial das Nações Unidas para a Meteorologia (WMO), em Genebra, nos inícios de Fevereiro e enfatizaram a importância dos governos e cientistas no mundo inteiro melhorarem as capacidades de previsões climáticas para salvar vidas e proteger economias.

O encontro de três dias procurou preparar a terceira Conferência Climática Mundial de sempre, a ser realizado para o ano na Suíça. As anteriores conferências foram sempre grandes eventos:

- o A primeira, em 1979, levou à criação de um Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 1988; e
- o A segunda, em 1990, ajudou a gerar um movimento rumo ao estabelecimento do Quadro da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 1992.

A conferência de 2009 vai ter um enfoque sobre a previsão do clima e seu impacto sobre a tomada de decisões. □



## BREVES DE NEGÓCIOS

# Novo ímpeto ao desenvolvimento infra-estrutural regional

A SADC comprometeu-se a levar a cabo medidas radicais para fortalecer o desenvolvimento de infra-estruturas e acelerar o processo de implementação do programa regional de integração.

Na sua Cimeira ano passado na Zâmbia, os líderes da SADC expressaram preocupação sobre o passo lento na implementação dos objectivos e metas para se alcançar a integração regional e erradicar a pobreza.

A Cimeira mandou o Secretariado da SADC a trabalharem os detalhes de um

Plano Mestre regional para Desenvolvimento de Infra-estruturas em estreita cooperação com os Estados membro.

O presidente da SADC, o Presidente Levy Mwanawasa da Zâmbia disse que a integração regional está sendo emperrada pela existência de infra-estrutura inadequada em sectores chave de energia, transporte, comunicações, água e turismo.

Os líderes notaram que os Estados membro têm falta de capacidade financeira para reabilitar a infra-estrutura regional

e encontrar novos projectos, apesar da região estar bem colocado para receber investimentos a longo prazo necessários para o desenvolvimento de infra-estrutura dado o ambiente de paz.

A Cimeira apelou para o apoio financeiro do sector privado e comunidade internacional para complementar os esforços regionais.

Construções de infra-estrutura trans-fronteiriça eficiente e eficaz em todos os sectores de serviços chave incluindo segurança energética assegurada é vital se a

África Austral vai aprofundar a integração regional e melhorar o acesso para o benefício dos seus 240 milhões de cidadãos, assim reduzindo a pobreza. □

## DRC assina acordo de exploração de combustível com firma brasileira

UMA COMPANHIA privada brasileira assinou um acordo com o governo da RDC para avaliar o potencial petrolífero do país na bacia central do país.

Sob o acordo, a High Resolution Technology (HRT) irá subdividir a bacia em blocos de exploração, construir uma base de dados de combustível e criar um laboratório petrolífero na bacia central. Os dados serão usados pelo governo da RDC para determinar o tamanho das suas reservas na região antes de convidar exploradores.

Uma país produtor de combustível desde 1975, a RDC tem três bacias petrolíferas: bacia costeira (ocidente) que assegura a actual produção de petróleo do país que se queda perto dos 25,000 barris por dia; bacia central; e a Tanganyika Graben (leste).

O ano passado, a RDC assinou acordos de exploração mista para petróleo na bacia costeira com Angola, e no Lago Albert com o Uganda. □

## RSA vai obter mais 20 por cento de gás de Moçambique

A GIGANTE petrolífera sul-africana, Sasol – o maior produtor mundial de combustível sintético a partir de carvão – em parceria com os governos sul-africano e moçambicano, vão investir US\$600,000 para construir uma estação de compressão de gás em Komatipoort para aumentar o fornecimento de gás de Moçambique à África do Sul em 20 por cento até aos finais de 2009.

A medida visa aumentar o fornecimento de energia eléctrica na África do Sul na esteira da actual escassez de energia eléctrica. A construção vai começar no segundo semestre deste ano.

O gás adicional será usado pela África do Sul na primeira fase do projecto governamental de expansão de energia para aumentar a capacidade até 20 por cento nos próximos oito anos, segundo a Sasol.

A Sasol disse na Quarta-feira que 75 por cento da capacidade adicional de combustíveis sintéticos podia usar um gás natural que mais benéfica ao ambiente como regulador, enquanto que o resto do regulador para a expansão viria das reservas de carvão. □

## Tanzania assina acordo de US\$112 milhões com Banco Mundial para fornecimento de energia

A REPÚBLICA Unida da Tanzania assinou acordos de empréstimo e empréstimo concessionário com o Banco Mundial avaliado em US\$111.5 milhões para apoiar as capacidades de transmissão e distribuição da Companhia de Fornecimento de Electricidade da Tanzania (Tanesco) para melhorar a qualidade e provisão eficiente de electricidade.

As melhorias serão feitas através de apoio para a actualização de investimentos no sistema de transmissão e distribuição de energia, apoiando a expansão da rede, e a provisão

de serviços técnicos de aconselhamento para apoiar o desenvolvimento da capacidade comercial e institucional para melhorar os rendimentos da empresa e reduzir perdas.

O secretário permanente do Tesouro, Gray Mgonja, disse que o governo acredita que a Tanesco estará em melhor posição para melhorar as suas finanças e implementar o seu plano estratégico como resultado do financiamento.

“Todos sabemos que a energia é necessária para a realização de qualquer desenvolvimento económico,” disse Mgonja. (APA) □

## Moçambique e Malawi vão construir um pipeline trans-fronteiriço

MOÇAMBIQUE ANUNCIOU o ganhador de um concurso para a construção de um pipeline entre a cidade da Beira e Nsanje no Malawi.

Um breve nota de imprensa do ministério de energia disse que o contrato foi assinado com uma companhia baseada em Qatar em Janeiro. O projecto, nos próximos 38 meses, inclui o pipeline e infra-estrutura de armazenamento para

aumentar as reservas petrolíferas do país de 10 para 90 dias de fornecimento.

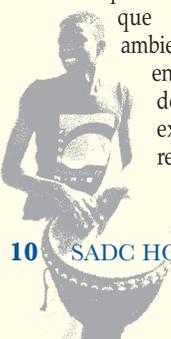
“O petróleo é actualmente transportado da Beira em camiões cisternas, que viajam através da Tanzania, e este projecto visa reduzir o custo de importar petróleo para o Malawi.”

Malawi está também seguindo com interesse a recente aprovação do projecto de refinaria de Nacala

avaliada em US\$5 biliões, que se espera servir o mercado regional.

A construção e operação desta ambiciosa refinaria será da responsabilidade de uma companhia petrolífera norte-americana de Texas, em conjunto com três investidores sul-africanos e um moçambicano.

A refinaria terá a capacidade de produção de 100,000 barris por dia de vários tipos de combustível, tais como gasolina, parafina, jet oil, e outros. □





A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO  
DA **ÁFRICA AUSTRAL HOJE**  
SADC Hoje, Vol 10 No 4 Fevereiro 2008



**SADC HOJE** é produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e um guia para os decisores a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente nos mídia e outras publicações, citando a fonte.

#### EDITOR

Munetsi Madakufamba

#### COMITÉ EDITORIAL

Bayano Valy, Tomas Vieira Mario, Mukundi Mutasa,  
Alfred Gumbwa, Clever Mafuta, Tigere Chagutah  
Phyllis Johnson, Shiela Chikulo, Emmanuella Matorofa, Richard Nyamanhindi

#### ASSESSORA EDITORIAL

Leefa Penhupifo Martin  
Chefe da Unidade das Corporações de Comunicação da SADC

#### TRADUTOR

Bayano Valy

SADC HOJE é publicada seis vezes ao ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC), para o secretariado da SADC em Gaborone, Botswana como uma fonte de conhecimentos fiável sobre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. O conteúdo considera os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, como essenciais ao desenvolvimento da região.

© SADC, SARDC, 2008

SADC HOJE recebe de bom grado contribuições individuais e de organizações na região da África Austral (SARDC), para o secretariado da SADC em Gaborone, Botswana como uma fonte de conhecimentos fiável sobre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. É pago um montante padrão pelos artigos, fotos e ilustrações usados na publicação. O editor reserva-se ao direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e a editar segundo o espaço disponível. Os conteúdos não reflectem necessariamente as posições e opiniões oficiais da SADC ou SARDC.

#### Assine Hoje

SADC HOJE encontra-se disponível através de uma assinatura anual. Para seis edições por ano, o valor é de US\$75 para fora de África, US\$55 para o resto da África e US\$45 dentro dos países da SADC. A sua assinatura permiti-lo-á a receber a revista por correio aéreo ou electrónico. Para mais detalhes sobre assinaturas, por favor contacte o Editor

SADC HOJE é publicada em Inglês e Português bem como disponível em formata electrónico em Francês.

#### COMPOSIÇÃO E MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya

#### FOTOS & ILUSTRAÇÕES

p1 Takura Chamuka SARDC;  
p4 Copyright, Daily Times Tanzania; p5 Eskom;  
p6-7 NamPower; p8 Copyright BioDiesel Stock;  
p9 ZACPRO; p12 CDFP

#### ORIGEM & IMPRESSÃO

DS Print Media, Johannesburg

A correspondência deve ser endereçada à:

O Editor, SADC TODAY  
SARDC, 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe  
Tel 263 4 791141 Fax 263 4 791271  
sadcoday@sardc.net

or

ou SADC HOJE  
SARDC, Rua D. Afonso Henriques, 141, Maputo, Moçambique  
Tel 258 1 490831 Fax 258 1 491178  
sardc@maputo.sardc.net

Website do Information 21  
www.sadc.int www.sardc.net; www.ips.org; www.saba.co.za

A SADC Hoje é apoiada pela Southern Africa Trust

Agradecimentos às seguintes Linhas Aéreas por ajudarem na distribuição da SADC Hoje:  
Air Botswana, Linhas Aéreas de Moçambique, Air Namíbia, South African Air ways,  
TAAG, Zambian Air ways and Air Zimbabwe.

## DIÁRIO DE EVENTOS 2008

Janeiro/Fevereiro  
31- 2 Fev Etiópia

### Cimeira da União Africana

Xª Sessão Ordinária da Assembleia dos Chefes de Estado E governo dos 53 países da UA. A agenda da cimeira teve ênfase sobre "Desenvolvimento Industrial de África"

Fevereiro  
15-17, Algeria

### Conferência de Ministros Africanos de Energia

A Comissão da União Africana e a República Popular da Argélia vão em conjunto organizar e acolher uma Conferência de Ministros Africanos de Energia em Algiers. O lançamento oficial da Comissão Africana de Energia (AFREC) será realizado durante o encontro, dado que a AFREC obteve as assinaturas necessárias dos Estados membro da UA para a sua ratificação.

27-29 Zambia

### Conselho de Ministros da SADC

Ministros de cada Estado membro reúnem-se em Conselho, geralmente do ministério dos negócios estrangeiros, do desenvolvimento económico, do plano ou das finanças. O Conselho é responsável pela supervisão e monitoria das funções e o desenvolvimento da SADC, e deve assegurar-se de que as políticas sejam executadas correctamente, bem como fazer recomendações à Cimeira

Março  
3- 7 Etiópia

### Conferência sobre Ciência com África

Organizado pela Comissão Económica das Nações Unidas para África e Inteligência na Ciência (ISC), esta reunião junta cientistas africanos e internacionais visando promover e melhorar o papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento do continente.

10-12 África do Sul

### Conferência Internacional sobre Gestão Integrada de Recursos Hídricos

O evento visa a partilha de experiências e lições dos países em desenvolvimento sobre Gestão Integrada de Recursos Hídricos (IWRM). A conferência fornece uma oportunidade para diálogo entre países em desenvolvimento e desenvolvidos sobre a implementação da IWRM que pode moldar novos conceitos ou adoptar os já existentes.

10-14 Gana

### IIª Cimeira Global sobre HIV e SIDA, Medicina Tradicional e Conhecimento Indígena

O Simpósio vai server de forum para identificar medicina e práticas tradicionais na gestão do HIV e SIDA, e promover o respeito para com práticas curativas tradicionais.

Abril  
18-20 Maurícias

### Conferência Consultiva da SADC sobre Pobreza e Desenvolvimento

Sob o tema "Integração Económica Regional: Uma Estratégia para Erradicação da Pobreza Rumo ao Desenvolvimento Sustentável," a conferência adoptará uma abordagem envolvendo parceiros múltiplos para permitir um diálogo estratégico que reconhece a necessidade de estratégias e abordagens regionais multi-dimensionais para o combate da pobreza. Os dois resultados chave esperados pelos Estados membro da conferência são a adopção do Quadro Regional da SADC de Redução da Pobreza (RPRF) e o estabelecimento de um Observatório da Pobreza da SADC.

14-15 Moçambique

### Reunião Anual do Banco Africano de Desenvolvimento

Moçambique vai acolher a XLIIIª Reunião Annual dos Governadores do Conselho do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e XXXIVª Reunião Annual dos Governadores do Conselho do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) sob o lema "Promovendo o crescimento partilhado: urbanização, desigualdades e pobreza." Essas reuniões são os agrupamentos mais importantes de peritos de finanças e desenvolvimento em África.



# 32 anos

## 1975 - 2007

### Reversão da Barragem de Cahora Bassa "uma segunda independência para Moçambique"

NUM GRANDE desenvolvimento para a região da África Austral, as acções da barragem de Cahora Bassa sobre o rio Zambeze foram finalmente transferidas da antiga potência colonial, Portugal, para mãos moçambicanas nos finais do ano passado numa cerimónia testemunhada por sete líderes regionais.

A transação oferece alguma independência económica, bem como o controle de uma das maiores fontes de electricidade na África Austral.

O Presidente moçambicano, Armando Guebuza, disse que a transferência das acções marcava uma "segunda independência para Moçambique".

Guebuza disse que após todas as dívidas serem pagas, a Cahora Bassa traria benefícios para o país que contribuiriam significativamente para a balança de pagamentos, redução do défice orçamental, e melhorar as finanças do país.

Obviamente satisfeito quando falou na cerimónia da reversão na vila de Songo, na província central de Tete, Guebuza disse que os "moçambicanos ganharam uma batalha importante rumo ao seu bem-estar."

O acordo significa que Moçambique tem agora as rédeas de um grande projecto de desenvolvimento localizado sobre o seu solo, sobre o qual não tinha controle desde a independência há mais de 30 anos devido à obrigações contractuais com Portugal.

A Cahora Bassa foi construída nos anos sessenta por um consórcio de investidores sul-africanos, italianos e alemães dirigido pela Fundação Anglo Americana.

Visto a construção ter terminado em 1974, durante a transição de Moçambique para independência, Portugal reteve controle da barragem. A estrutura accionária dava 82 por cento das acções à Portugal na Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB).

Quando a HCB iniciou as operações em 1975, o novo governo de Moçambique a a sua contra-parte portuguesa tinham um acordo de que as acções seriam transferidas logo que a dívida feita na construção da ponte fosse paga, estimada na altura para um período de três anos.

Tentativas anteriores para a transferência as acções falharam devido a complexidade das negociações, mudanças de governos em Portugal, e os 16 anos de guerra civil em Moçambique que resultou em danos severos à infra-estrutura de transmissão quando ao antigo movimento rebelde, Renamo, destruir centenas de postes de transmissão para África do Sul.

O que significou que a HCB permaneceu sem fazer lucros visto que não poderia vender energia ao seu maior cliente, a empresa sul-africana de energia, Eskom. Porque ficava sem vender a HCB enterrava-se em mais dívidas e o Estado português acabou reclamando que a empresa devia ao seu tesouro mais de US\$2 bilhões. Moçambique não podia ser feito responsável pela dívida e daí o novo arranjo.

Moçambique e Portugal eventualmente assinaram um Memorando de Entendimento em 2005 para alterar substancialmente a estrutura accionária da HCB, mas a implementação foi bloqueada quando a União Europeia decidiu investigar o negócio para verificar se as regras da UE tinha sido seguidas por Portugal.

A demora na implementação do ME causou "impaciência pública, expressada pelos cidadãos, comunicação social, partidos políticos e organizações da sociedade civil, bem como dos amigos de Moçambique e seus povos," disse Guebuza.

Acrescentou que as negociações tinham sido complexas mas sempre houve uma crença de que um acordo não só podia fortalecer as relações entre Moçambique e Portugal, mas também "a sua conclusão seria irreversível."

O Primeiro Ministro português, José Socrates, tinha dito que o acordo era o "fechar do último capítulo da história do passado, e o abrir de um novo capítulo da história do futuro."

Guebuza concordou, dizendo que o acordo marcava uma nova era de relações e "removia o último reduto do colonialismo do nosso solo, a marca de 500 anos de dominação estrangeira."



O NOVO arranjo dá a Moçambique 85 por cento da HCB, transformando-se no maior accionista, enquanto Portugal passa a deter 15 por cento. O custo final foi de US\$950 milhões pagos como compensação pela reconstrução pós-guerra civil e manutenção da barragem.

Uma soma de US\$250 milhões foi paga em 2006 com fundos do Orçamento de Estado, enquanto US\$700 foram um empréstimo de um consórcio canadiano, Calyon, e o banco português, BPI, sendo que o empréstimo sera pago através de futuros ganhos.

A Cahora Bassa contribue significativamente ao PIB de Moçambique, ganhando cerca de US\$150 milhões por ano da venda de energia.

A barragem tem uma capacidade instalada de 2,075 MW e o seu significado económico alcança para além das fronteiras de Moçambique, visto ser um dos maiores fornecedores ao Grupo de Energia da África Austral.

A HCB vende actualmente 1,100 MW de energia para a África do Sul e 450 MW ao Zimbabwe, mas as tarifas são diferentes devido aos acordos históricos entre Portugal e África do Sul. Outros países vizinhos também procurar importar energia de Moçambique.

#### Feridos na SADC Fevereiro – Abril 2008

1 Fevereiro	Abolição da Escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	National Armed Struggle Day	Angola
16 Fevereiro	Maha Shivaratee	Maurícias
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
8 Março	Dia Internacional da Mulher	Angola, Madagáscar
11 Março	Dia de Moshoeshoe	Lesotho
12 Março	Dia Nacional	Maurícias
12 Março	Dia da Juventude	Zâmbia
21 Março	Dia da Independência	Namíbia
21 Março	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
21 Março	Sexta-feira Santa	Todos excepto RDC, Madagáscar, Maurícias, Moçambique
21 Março	Maulide	Tanzania
22 Março	Feriado	Botswana
22 Março	Sagrado Sábado	Zâmbia
22 Março	Sábado Santo	Zimbabwe
23 Março	Páscoa	Namíbia
24 Março	Segunda-feira Santa	Todos excepto RDC, Madagáscar, Maurícias, Moçambique
24 Março	Dia da Família	África do Sul
29 Março	Comemoração da Revolta de 1947	Madagáscar
4 Abril	Dia Nacional de Paz e Reconciliação	Angola
7 Abril	Dia da Mulher	Moçambique
7 Abril	Dia do Sheik Abeid Amani Karume	Tanzania
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
19 Abril	Dia do Aniversário do Rei	Suazilândia
25 Abril	Dia da Bandeira	Suazilândia
26 Abril	Celebrações da União	Tanzania
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul